



**ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO TEOLÓGICA  
RESPONSÁVEL NO ÂMBITO PENTECOSTAL:  
O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA  
E A TEOLOGIA CRISTÃ**

**Dr. Magno Paganelli**



## ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO TEOLÓ- GICA RESPONSÁVEL NO ÂMBITO PENTE- COSTAL: O CONFLITO ISRAEL-PALESTINA E A TEOLOGIA CRISTÃ

Magno Paganelli<sup>1</sup>

### RESUMO

Considerando que 1. A Teologia e a Escatologia pentecos-  
tais contemplam o plano de Deus para Israel; 2. Que as  
Igrejas Pentecostais, ainda que não exclusivamente, mas  
em grande parte, são influenciadas pela “abordagem Dis-  
pensacionalista” na Escatologia; 3. Que em anos recentes  
alguns setores do pentecostalismo têm enfatizado o sim-  
bolismo judaico com algum excesso e 4. Que o conflito  
Israel-Palestina, que já dura cerca de cem anos, não pode  
ser ignorado em suas vertentes política, econômica, social  
e religiosa, proponho elementos, frutos das minhas pesqui-  
sas em pós-graduação *strictu senso*, que lançam luz e dão  
nova perspectiva para a formação de um conceito teológico  
mais amplo e um posicionamento cidadão mais responsável  
e, notadamente, orientando a vida e a escatologia cristãs,  
para um campo ainda pouco explorado na literatura teoló-  
gica brasileira.

**Palavras-chave:** Pentecostalismo, Escatologia, Conflito  
Israel-Palestina.

---

1 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em  
Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Bacharel em Teologia  
com especialização em Novo Testamento. Leciona na FAESP, no Betel Brasileiro e no  
Seminário Teológico Batista Independente. Trabalha no segmento editorial há 25 anos e  
pesquisa o conflito Israel-Palestina e o Oriente Médio e Mundo Muçulmano. paganelli.  
magno@gmail.com



## ABSTRACT

Whereas 1. Pentecostal theology and eschatology contemplate God's plan for Israel; 2. That pentecostal churches, although not exclusively, but to a large extent, are influenced by the "dispensationalist approach" in Eschatology; 3. That in recent years some sectors of pentecostalism have emphasized jewish symbolism in excess and 4. That the Israel-Palestine conflict, which has lasted for about a hundred years, cannot be ignored in its political, economic, social and religious aspects, I propose elements, the fruit of my strictu sensu postgraduate research, which shed light and give a new perspective for the formation of a broader theological concept and a more responsible citizen position. Furthermore, they guide Christian life and eschatology to a field still little explored in Brazilian theological literature.

**Keywords:** Pentecostalism, Eschatology, Israel-Palestine conflict.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa acadêmica sobre os movimentos com perfil milenista<sup>2</sup> ou ênfase escatológica recebe atenção no Brasil. Textos cristãos com conteúdo escatológico não têm recebido a mesma atenção em anos recentes, diferente da relativa onda de obras publicadas no Brasil (muitas delas traduções de textos norte-americanos), lançadas nas décadas de 1980 e 1990.

“Mobilizações Sociorreligiosas no Brasil: Os Surtos Mes-

---

2 Os termos milenista ou milenarista derivam da expressão milênio, derivada de “mil anos” em Apocalipse 20.

siânico-Milenaristas”, de Renato da Silva Queiroz (PEREIRA, 2012), compôs coletânea organizada pelo Dr. João Baptista B. Pereira. O autor aponta as áreas rurais como *locus* das mobilizações em torno da expectativa messiânico-milenaristas. O artigo trata das mobilizações numerosas, ocorridas no catolicismo popular, protestantismo de imigração ou etnicizado (luteranismo), espiritismo (kardecismo), denominações evangélicas (adventismo e pentecostalismo) e cosmovisões indígenas em menor número. O período Colonial e os contextos urbanos foram os ambientes propícios a expectativa messiânico-milenarista desses movimentos. O tema é atual e recorrente, inclusive nos grandes centros. Os casos “famosos” são Jim Jones; o de David Koresh, no Texas; o ocorrido no seio da comunidade judaica em torno da pessoa do falecido rabino Menachen Mendel Schneerson, da seita ortodoxa Lubavitch; a Ordem do Templo Solar, no Canadá; e, ainda, no Brasil, o ocorrido na região de Canudos em torno da figura do “santo” Antonio Conselheiro.

A mentalidade messiânica no cenário católico recriou a tradição judaico-cristã em sua versão sertaneja, incorporando elementos indígenas, africanos e das crenças populares. Neste contexto, cinco grupos foram emblemáticos: os surtos da Pedra do Roedor e Pedra Bonita, as mobilizações de Canudos e Contestado, os surtos de Caldeirão, Pau-de-Colher, Catulé e outros, e por último o “Caso Maurer” ou “Mucker”, que envolve a luterana Jacobina.

O mesmo Dr. João Baptista organizou “Messianismo e Milenarismo no Brasil” (2015), onde aprofundou o primeiro texto, especialmente os casos nacionais, e traz artigo do Dr. Rodrigo F. de Sousa, “O desenvolvimento histórico do messianismo no judaísmo antigo: diversidade e coerência”. O autor diferencia a visão ideológica antiga, que se origina com a dinastia de Davi, e o messianismo posterior, iniciado com a queda da dinastia davídica. (PEREIRA, 2015, p. 19). Segundo o autor, “vemos que a crença na eleição divina da



dinastia de Davi constitui a matriz textual comum do messianismo judaico. Isso explica a coerência que existe entre diferentes expectativas messiânicas” (PEREIRA, 2015, p. 20). As mesmas expectativas são vistas nos ambientes cristãos onde a escatologia recebe a devida atenção.

A abordagem das ciências humanas ao material apocalíptico segue sua metodologia, o que não significa concordar com campos distintos. Se olharmos a interpretação da(s) cultura(s), será fácil ler um texto produzido no campo da antropologia advogando o relativismo cultural, enquanto, que outro autor, do campo da história social, opte pelo universalismo cultural, certamente porque este não analisa o seu objeto apenas no tempo presente, mas considera, também, as transformações e adaptações que a própria história promove sobre o seu objeto.

Nas Ciências Sociais a escatologia não goza de um estatuto à altura. Na Teologia não há produção literária considerável sobre escatologia. Quais os motivos? Erros do passado? Percepção de irrelevância para o dia a dia da Igreja? Profusão de abordagens que não encontram convergência? Para este artigo, nos voltaremos para as mudanças sócio-políticas internacionais, com os elementos tratados em pesquisa anterior (PAGANELLI, 2014a), reconsiderando o significado do retorno do povo judeu e a ocupação da Palestina, e como isso interfere na leitura que a Igreja faz de textos escatológicos e a compreensão da sua missão como “sacerdócio real” (1Pe 2.9). A aproximação da situação real e atual sobre o conflito Israel-Palestina (IP) tem implicações sérias que precisam ser consideradas no fazer teológico cristão atual, bem como na formação de opinião responsável e tomada de postura consciente e cidadã (além de cristã), indispensáveis para que a voz da Igreja não seja rejeitada, como foi a de Paulo em Atenas, quando ouviu dos atenienses: “A esse respeito nós o ouviremos outra vez” (At 17.32).

## A escatologia pentecostal

O movimento pentecostal *Missão da Fé Apostólica* teve início no Brasil com dois missionários suecos batistas, Gunnar Vingren (1879-1933) e Daniel Berg (1884-1963). (ALENCAR, 2010, p. 11). A escatologia pentecostal está alinhada às tradições remotas do Cristianismo. O milênio é tema presente nas teologias protestantes e católica. Ambas guardam afinidades. A teologia católica não subscreve a todas as vertentes protestantes. Os católicos, em sua maioria, são amilenistas, isto é, negam o milênio em sua interpretação literal (PAGANELLI, 2014b, p. 12). A escatologia é organizada pela compreensão que se tem do milênio e da volta de Cristo. Todos os temas da escatologia se organizam ao redor do milênio. Decorre daí a maneira como interpretarão as passagens do Novo Testamento e o modo como resgataremos passagens do Antigo Testamento. As abordagens ou correntes milenistas ou milenaristas (prefiro a primeira grafia) mostram como interpretamos os mil anos de Apocalipse 20. Em geral, são três as principais correntes de interpretação: o pré-milenismo (Cristo voltará antes do Milênio literal), o pós-milenismo (Cristo retornará após o Milênio) e o amilenismo (nega a literalidade do Milênio). Essas são as três tendências mais comuns na Escatologia.

Em livros de tradição reformada vemos dizer que o pré-milenismo é posição nova,<sup>3</sup> já no primeiro século da Igreja havia consenso sobre esta posição: “Nos três primeiros séculos da era cristã, encontramos nas obras de Papias (60-130), Irineu de Lião (115-203), Justino Mártir (100-165) e Tertuliano (160-220), entre outros pais da Igreja, as raízes do que hoje denominamos pré-milenarismo” (LOPES, 2013, p. 29). Normalmente, autores de tradição reformada

3 P.e., Brian Schwertley, que critica a posição pré-milenista, acreditando que todo aquele que se alinha a ela “não sabe que a visão dominante entre os protestantes, da Reforma até o final de 1800, era de fato, pós-milenista” – o que não é verdadeiro (SCHWERTLEY, B. *A ilusão pré-milenista*. Brasília: Monergismo, 2009, p. 10).



confundem o pré-milenismo com a abordagem dispensacionalista.

Na Idade Média havia o pré-milenismo embora não fosse hegemônico entre os hussitas<sup>4</sup> taboristas, na Boêmia. Os reformadores reafirmaram o amilenismo porque, em parte, o pré-milenismo havia falhado entre os taboristas, que marcaram data para a volta de Cristo. Os hussitas interpretavam ansiosamente a abordagem pré-milenista, imaginando as Cruzadas como implantação do Reino de Deus. Por isso o amilenismo caiu nas graças dos reformadores (LOPES, 2013, p. 40), e porque a escatologia não foi o tema central das preocupações naquele tempo. Com o apoio do Estado, as três tradições protestantes do século 16 (luterana, calvinista e anglicana) tinham no amilenismo uma boa opção escatológica (LOPES, 2013, p. 41). Havia clima favorável ao Cristianismo e reformas no campo político e social.

Nos Estados Unidos, as esperanças pós-milenistas eram certas entre os séculos 18 e 19. O motivo era o progresso da nação (PAGANELLI, 2014b, p. 35). Quanto mais expandiam o programa colonialista atrelado a evangelização dos povos, mais criam estar apressando a volta de Cristo; o pós-milenismo fazia sentido. E mais, o novo avivamento de 1858, que sacudiu a nação, só fez “confirmar” as esperanças pós-milenistas, dando mais entusiasmo a tal crença. Mas logo o pré-milenismo encontrou um espaço para provocar a segurança dos pós-milenistas.

Com a Guerra Civil (1861-1865), entraram em cheque as expectativas de que o Evangelho seria aceito por toda a

---

4 John Huss (1369-1415). Pré-reformador, colocou nas paredes da universidade onde lecionava pinturas com Cristo a pé e o papa andando a cavalo; Cristo lavando os pés aos discípulos e os do papa sendo beijados. Pregou contra as indulgências que o papa vendia para financiar sua guerra contra Nápoles. Foi queimado na fogueira da Inquisição vestido de herege com uma coroa de diabinhos. Formou-se dez anos após a morte de John Wycliff.

humanidade (LOPES, 2013, p. 46), e o pós-milenismo arrefeceu. Podemos dizer que no século 20 e até hoje, houve ampla aceitação do pré-milenismo. Se isto tem mudado, pensamos que se deve ao êxito de pregadores reformados, influenciando estudantes de teologia que tinham propensão para o pensamento pré-milenista: batistas e pentecostais. Houve inundação de literatura reformada nos seminários e livrarias nos Estados Unidos, e muitas traduções dessas obras durante a forte expansão do segmento editorial no Brasil nos últimos anos. Isso inclinou a interpretação dos fatos cotidianos à luz da Bíblia.

Há outras leituras da escatologia, porém, em círculos relativamente mais restritos. De maneira tópica, listamos: escatologia consistente ou radical (LOPES, 2013, p. 46), ligada aos estudos de Johannes Weiss e Albert Schweitzer (1975-1965<sup>a</sup> escatologia realizada, um movimento identificado especialmente com Charles H. Dodd, a escatologia existencial, cujo maior expoente foi Rudolf Bultmann (1884-1976) e por fim, a teologia escatológica da esperança ou teologia da esperança de Jürgen Moltmann (1926-). As quatro últimas foram produzidas no âmbito acadêmico, procurando aproximar a reflexão teológica da mente moderna. As três primeiras prevalecem no seio das igrejas, cada qual dentro da sua tradição, encapsuladas no dogma um tanto difícil – não impossível – de ser rompido.

### **A Igreja é o “Israel de Deus” em qual sentido?**

Ao tentar conciliar fé e ciência, Cyrus I. Scofield elaborou a abordagem do Dispensacionalismo, em que dividiu a história bíblica em períodos (ou dispensações), quando o Senhor provaria o seu povo mediante a obediência a alguma revelação. São elas: inocência, consciência, governo humano, promessa, lei, graça e, por fim, a dispensação milenial ou o milênio (SCOFIELD, 1983, p. 3-4). O dispensaciona-



lismo surgiu com os estudos de Edward Irving (1792-1834) e foi seguido por John Nelson Darby (1800-1882). Scofield popularizou o conceito por meio da sua Bíblia Anotada. J. Dwight Pentecost e Dwight L. Moody, todos foram dispensacionalistas, como John F. MacArthur, ávido opositor do pentecostalismo. O dispensacionalismo resgatava o interesse pelo destino dos judeus, até então ignorados na escatologia cristã,<sup>5</sup> dando ocasião ao pré-milenarismo dispensacionalista (LOPES, 2013, p. 47). Note como não é o caso de dizer se tratar de “posição nova”; os que assim afirmam não distinguem pré-milenismo de dispensacionalismo, tendo o pré-milenismo como doutrina nova, com menos de duzentos anos.

O interesse pelo destino dos judeus no plano de Deus, influenciou o pré-milenarismo dispensacionalista. A Igreja passou a ser chamada de o “Israel de Deus” por alguns grupos, o que dá margem a erros; é preciso entender em que *sentido* essa sobreposição de “povos de Deus” ocorre. Ao saírem do Egito, os hebreus foram chamados a formar um reino sacerdotal. Vemos isso no texto de Êxodo 19.5,6, uma passagem que se deu no Monte Sinai:

Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz, e guardardes o meu concerto, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos, porque toda a terra é minha; e vós *me sereis um reino sacerdotal e o povo santo*. Estas são as palavras que falarás aos filhos de Israel. (ênfase acrescentada)

---

5 Em *Israel The Land Of Gods Promise*, Murray Dixon menciona o interesse anterior dos puritanos pelo destino dos judeus. Sovereign World, 2006. Também em *Israel, do sonho à realidade*, autobiografia de Chaim Weizmann. Agradeço a informação a Eguinaldo Hélio Souza.

Israel não anunciou a salvação de Deus aos homens. O Senhor mostrou zelo por povos vizinhos a Israel. No Novo Testamento, a linguagem da reconciliação entre etnias diferentes é comum. No passado Noé impôs sentença sobre o destino de seus netos; no Novo Testamento o Espírito Santo agiu revogando a sentença do patriarca. O cananita etíope foi restaurado (At 8), como o semita Saul (At 9) e o jafetita Cornélio (At 10). Em Atos 11 surgiu uma igreja que entendeu o sentido plural de sua missão a todos os povos. É nesse sentido que devemos ler 1Pedro 2.6,8-10 (e Mateus 21.42), onde o apóstolo, citando Isaías 28.16, disse:

Eis que ponho em Sião a pedra principal de esquina, eleita e preciosa, e quem nela crer não será confundido [...] e uma pedra de tropeço e rocha de escândalo, para aqueles que tropeçam na palavra, sendo desobedientes; para o que também foram destinados. Mas vós sois a *geração eleita*, o *sacerdócio real*, a *nação santa*, o povo adquirido, para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz; vós, que em outro tempo não éreis povo, mas agora sois povo de Deus; que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia (ênfases acrescentadas).

A Igreja assumiu o caráter e a função sacerdotal da vocação de Israel, mas não substituiu aquele povo em outros aspectos. As promessas a Abraão e demais patriarcas não se cumprirão na Igreja. Portanto, a Igreja não substitui Israel, senão no serviço e na Grande Comissão feita por Jesus. O apóstolo Paulo afirmou que a escolha soberana de Deus permaneceu, como também a exigência a uns de coisas que não foram exigidas a outros (Rm 9.21; Mt 20.1ss). O povo de Deus é a comunidade de fé. Foi assim desde Abraão e até hoje. Jesus e Paulo disseram não ser judeus legítimos quem o é geneticamente. Jesus chegou a dizer que até das pedras



Deus pode fazer brotar filhos a Abraão (Mateus 3.9).

Israel não é o povo exclusivo de Deus; essa prerrogativa é de quem tem fé em Jesus Cristo, o que vale para todos: palestinos, judeus, brasileiros, nigerianos etc. “Deus amou *o mundo* de tal maneira...”. Nem mesmo todo o povo judeu será redimido por Deus no final dos tempos. Somente os que tiverem a fé. No Apocalipse há um remanescente a ser salvo. Não todos.

### **Brevíssimo quadro da situação atual do Estado de Israel**

Parte da Igreja evangélica, especialmente as de perfil neopentecostal (não exclusivamente), tem consignado apoio e simpatia sem medida pela cultura, vocabulário litúrgico, costumes, adereços, e a outros tantos elementos do judaísmo. As igrejas e irmãos que acolhem aquela cultura passam por cima do que a Bíblia ensina: que o judaísmo falhou em sua missão e seu modo de cultuar a Deus não faz sentido. Não mais do que dois exemplos são suficientes para demonstrar isso. Jesus explicando que nem em Gerizim, nem em Jerusalém, eram local de adoração (Jo 4.20,21). Outro exemplo vem de Paulo, explicando a situação do seu povo, declarou que Israel se tornou inimigo de Deus pela descrença e desprezo pelo Evangelho (Rm 11.28), e nós, gentios, acolhemos a mensagem. O mesmo versículo indica: “... mas quanto à eleição, são amados por causa dos patriarcas”.<sup>6</sup>

Isso significa que os pactos de Deus com Abraão e com Davi devem ser cumpridos, mas esses pactos não tiveram caráter universal para a salvação, como o Novo Testamento. A aliança com Abraão é étnica e a aliança com Davi é política. Pedro considerou cumprido o pacto em Jesus (Atos 2.29-36). As alianças não dizem respeito a aspectos da fé

6 A eleição a que Paulo se refere é a que lemos em Deuteronômio 9.4-5.

para a salvação. Gênesis 12.1-3 fala do pacto étnico, o que implica, diz respeito aos judeus, exclusivamente. Nenhum povo, nem a Igreja, podem apoderar-se das promessas nesse acordo. Em Gênesis 12.7 houve nova aparição do Senhor a Abraão, dessa vez para prometer um território. A posse desse lote de terra aconteceria séculos depois, e quando os descendentes de Abraão saíram do Egito, o Senhor alertou que Israel não seria o ocupante exclusivo da terra (Êx 22.21-23).

Canaã esteve ocupada antes de o Senhor chamar Abraão. A partir do bisneto José, no Egito, aumentou a família. Passados quatrocentos anos, uma multidão de descendentes saiu do Egito rumo à terra prometida, levaram grupos minoritários: “Também subiu com eles uma grande mistura de pessoas” (Êx 12.38). No mesmo capítulo lemos sobre os estrangeiros: “Haverá uma só lei para o natural da terra e para o estrangeiro que estiver vivendo entre vós”.

Israel é herdeiro majoritário da terra devido ao pacto, mas Israel não terá a exclusividade da ocupação. No Antigo Testamento havia leis para os estrangeiros que peregrinassem ali (veja Levíticos 17.8,10,13,15; 19.34; 20.2; 22.18). Destaque para Levíticos 19.34: “O estrangeiro que viver entre vós será como um natural da terra. Devereis amá-lo como a vós mesmos, pois fostes estrangeiros na terra do Egito. Eu sou o Senhor vosso Deus”.

Além das leis foram dados mandamentos (Êx 22.21-23), que orientavam os judeus no bom trato com os estrangeiros. A preocupação de Deus com os estrangeiros se deve a dois fatos. Primeiro, que o próprio Israel havia sido estrangeiro no Egito e sofrera período de escravidão. Segundo, que a terra pertence ao Senhor (Sl 24.1; 89.11).

Cristãos, confundindo as passagens bíblicas e os pactos, têm apoiado incondicionalmente Israel, como na ocupação dos territórios e na guerra contra os palestinos. Por ve-



zes apoiam-se no Salmo 122.6, fora de contexto: “Orem pela paz de Jerusalém: ‘Vivam em segurança aqueles que te amam!’.” Essa oração feita por Davi expressa o que todo governante deseje para o seu povo. Após a volta do cativo, Israel abandonou a ideia da monarquia. Se o versículo tivesse validade hoje, Israel deveria ser uma monarquia. A monarquia era contrária ao projeto de Deus para Israel,<sup>7</sup> e esse versículo é um dos que perderam o sentido, como outros textos do Antigo Testamento (prescrições alimentícias, proibição de vestir-se com roupa de algodão misturado com lã, a ordem para construir parapeito nas casas etc.).

Quando neopentecostais e outros grupos apoiam Israel dentro do conflito com os palestinos, orando para que Israel os vença na guerra e os remova dos territórios, tornam-se cúmplices do massacre de inocentes e esperam que Israel bombardeie alvos civis cristãos, pois há minorias cristãs na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Boa parte do povo palestino não quer a guerra. Pensamos no tipo de moral e valores esses cristãos nutrem ao apoiarem o país.

As tribos no Oriente Médio não dividiam suas terras como as nações modernas, com divisão por fronteiras. Seus territórios eram conhecidos por seus povos, como a divisão entre as doze tribos indica. A prioridade era a vida, não a posse da terra (PAGANELLI, 2014a, p. 86). Os estrangeiros transitavam nos termos de Israel, poderiam comer da sua lavoura e o Senhor deu mandamentos sobre isso. Jesus e os discípulos fizeram uso desse direito (Mt 12.1).

O conceito de nação é novo, não tem mais que duzentos anos. A expansão colonialista de países como França, Holanda e Inglaterra criou países como a Indonésia e a Índia.

---

7 Deus se opôs à ideia de uma casa para si. 1Sm 8.4-17 (contra a ideia de um rei); 2Sm 7.4-12 1Sm 8.4-17 (contra a ideia de uma casa); Jr 7.11 diz que o local está corrompido, até que em Mt 24 veio o anúncio da destruição do templo, para que Deus pudesse habitar no meio do seu povo que tem fé.

dia, antes divididos por tribos e etnias. O mesmo pode ser dito da Arábia Saudita, Jordânia, Iraque, Irã e a própria Palestina (KAMEL, p. 114), que ainda não tem a sua situação resolvida nem o reconhecimento total dos membros da ONU.<sup>8</sup> As vidas devem receber a mesma atenção por parte da Igreja e devemos dedicar atenção ao fazermos teologia e lidarmos com as promessas e a questão dos pactos. Em Cristo não há distinções étnicas, econômicas, culturais nem de gênero. Em Cristo somos um (Rm 10.12; 1Co 12.4-6). Há um conflito intenso, com períodos de paz entre israelenses e palestinos, e a Igreja se inclina a dar razão ao que Israel faz nos territórios que ocupa. A palavra é “ocupa”, pois segundo o plano de partilha, na sua independência, Israel não poderia ocupar todo o território onde havia milhões de pessoas, inclusive judeus. Karen Armstrong fala da presença de judeus em Gaza no século 17: “Ouvira falar de um jovem e talentoso [rabino] cabalista de Gaza” (ARMSTRONG, 2009, p. 49).

A historiadora também menciona *Edah Haredis*, comunidade ultra ortodoxa de Jerusalém, que se opunha ao sionismo antes da Declaração Balfour, anunciada em novembro de 1917 pelo governo britânico na forma de uma carta do lorde Rothschild “[...] na qual o governo [inglês] se comprometia a ‘avaliar favoravelmente o estabelecimento na Palestina de uma pátria para o povo judeu’.” (SAID, 2012, p. 18) Era um grupo pequeno, atraía c. 9 mil dos 175 mil judeus residentes na palestina nos anos de 1920 (ARMSTRONG, 2009, p. 276-7). Said aponta números precisos em período anterior: “Segundo fontes israelenses, não havia mais do que 24 mil judeus na Palestina em 1822, menos de 10% da população total, majoritariamente árabe” (SAID, 2012, p. 10). Sobre anos mais recentes: [...] em 1931 a população judaica era

---

8 A Palestina é governada pela Autoridade Palestina, órgão que representa os interesses do povo palestino. Na ONU, participa como “Estado observador não-membro”, *status* reconhecido em 29 de novembro de 2012.



de 174.606 pessoas entre um total de 1.033.314; em 1936 o número de judeus subiu para 384.078 entre 1.366.692; e em 1946 eles eram 608.225 numa população de 1.912.112”.<sup>9</sup>

A população palestina é pouco superior a 5 milhões na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, além dos estimados mais de 6 milhões que vivem em campos de refugiados no Líbano, na Jordânia, no Iraque e na Síria. Soma-se a isso os árabes palestinos cidadãos de Israel. Somos rápidos ao chamá-los de invasores – e já ouvi pastores dizendo que são “perigosos” – não questionamos quem são do ponto de vista do Evangelho, cometendo equívocos. Naim Ateek, palestino e bispo anglicano em Jerusalém disse:

[...] esses jovens não nasceram “terroristas”. Ninguém nasce um terrorista. Eles nasceram imagem e semelhança de Deus. Eles nasceram os seres humanos com amor a vida e a liberdade. Todos eles, sem exceção, nasceram sob a ocupação militar israelense (ATEEK, 2002).

Para Shedd, tem sido frequente pensar nos judeus como “irmãos” de Jesus (Mt 25.40) e que “nações como o Brasil ou os Estados Unidos devem tratar bem os israelitas, porque as nações que assim atuarem serão galardoadas por todo benefício que estenderam a Israel [...] Mas tal interpretação não cabe a esta passagem. Jesus mesmo declarou que seus ‘irmãos’ eram os que nele criam” (SHEDD, p. 27). Palestinos são vidas humanas e vida é o assunto de Jesus. Muitos palestinos são cristãos. Somente na cidade de Belém, na Cisjordânia, até antes da eleição do *Hamas* em 2005, c. 30% da população era cristã (FLINT, 2009, p. 285). Há cristãos idênticos a cada um de nós em outras cidades da Palestina, creem no mesmo Jesus e esperam morar no mesmo céu. O bispo anglicano Desmond Tutu, vencedor

9 *The Anglo-Palestine Yearbook 1947-8*, p. 33, apud Said p. 13.

do Prêmio Nobel da Paz, declarou: “Sou cristão, e muitos palestinos são cristãos – para ser mais exato, a maioria é anglicana” (TUTU, 2012, p. 106).

Embora os partidos políticos palestinos não sejam de orientação cristã (nem no Brasilé assim), líderes islâmicos sempre respeitaram os cristãos e seus símbolos em Belém. Nas eleições palestinas de 2006, cristãos votaram no *Hamas*, que venceu as eleições derrotando o Fatah, de orientação nacionalista (FLINT, 2009, p. 288). Uma vez eleito, o *Hamas* nomeou um cristão para ser ministro do turismo (FLINT, 2009, p. 288). A sociedade palestina sempre se caracterizou por uma religiosidade predominante, a despeito de a resistência a colonização israelense ser realizada pelo “partido nacionalista Fatah e partidos à sua esquerda expressamente secularistas – isso até o estabelecimento do *Hamas*” (DEMANT, 2004, p. 216). Quando Israel foi declarado Estado, em 1948, a Irmandade Muçulmana estendeu-se fisicamente para os territórios da Cisjordânia, anexados à Jordânia, e para a Faixa de Gaza, sendo encabeçada pela liderança egípcia (HROUB, 2009, p. 35). Ismail Abu Shanab, um dos líderes do *Hamas* e presidente da Sociedade de Engenheiros de Gaza, disse que “a causa palestina deve ser entendida desde sua origem [...] Ela começou em 1917, ou até antes, e continuou quando os judeus desalojaram os palestinos de suas casas em 1948” (STERN, 2004, p. 35).

A ocupação dos territórios palestinos pelo exército e por colonos israelenses é um drama para a vida de milhares de famílias. Guia Flint diz que só na Faixa de Gaza viviam 1 milhão de palestinos e 5 mil colonos israelenses, que controlavam 30% das terras e 40% das fontes de água. “Grande parte das reservas subterrâneas de água é canalizada para os assentamentos e para o território de Israel” (FLINT, 2009, p. 56).



A liderança dos colonos está nas mãos do setor ideológico. Movidos por uma visão nacionalista-religiosa, os colonos militantes acreditam que a chamada Terra de Israel bíblica pertence exclusivamente ao povo judeu e que os palestinos são intrusos nesses territórios (FLINT, 2009, p. 137).

Ela relatou a existência de “generosos subsídios do governo para a moradia nos territórios ocupados” e que “aos colonos são oferecidos empréstimos muitos favoráveis e isenção de impostos”. Como se isso não bastasse, “os assentamentos cercam as áreas palestinas, impedindo qualquer crescimento das cidades e aldeias palestinas” (FLINT, 2009, p. 138).

100

O filme-documentário *Cinco Câmeras Quebradas*,<sup>10</sup> mostra a interferência israelense nas propriedades palestinas dividindo-as ao meio pela construção do Muro, a partir de 29 de março de 2002, separando famílias e separando o espaço da moradia do terreno cultivado para sustento em uma cultura realizada há décadas. Mostra também colonos ateando fogo a oliveiras, base de sustentação da agricultura e parte da economia palestina. Após o início da construção do Muro, tropas israelenses invadiram Ramallah (abril/2000). Mais de 200 palestinos foram mortos e milhares foram feridos, 1.400 (PAGANELLI, 2014, p. 91) casas foram destruídas.

Tropas israelenses invadiram ONGs, ministérios, institutos culturais, hospitais, farmácias, supermercados, escolas e bancos. Tudo foi destruído, destruídos, documentos e arquivos confiscados. Pesquisas e dados sobre 3,5 milhões de palestinos foram perdidos. Relatórios, exames médicos,

10 *Les Cinqs Câmeras Brisées*, França, 2011, foi filmado por Emad Bornat, morador de Bil’In, uma vila na Cisjordânia. O documentário mostra os protestos dos palestinos contra a construção de assentamentos israelenses em sua terra, e especialmente sua luta contra a construção do Muro (ao qual Israel chama de cerca), que separa seus territórios dos territórios israelenses.

fichas de doentes (FLINT, 2009, p. 183). Jamal Salman (diretor-geral da Prefeitura de Belém) disse que as restrições impostas pelo exército israelense “provocam uma intensa frustração. E a frustração é a semente da violência” (FLINT, 2009, p. 215). Sobre o Muro, acrescentou: “A segurança é só o pretexto. O objetivo verdadeiro é confiscar mais terras dos palestinos e criar fatos consumados [...] pois a cerca não passa na linha verde (fronteira original entre Israel e a Cisjordânia) (FLINT, 2009, p. 218). Soma-se o aperto econômico por causa do Muro. Somente um palestino, Hassan Harouf de 42 anos, perdeu 80 mil dos 93 mil metros quadrados, com o confisco de suas terras (FLINT, 2009, p. 219).

A devastação não é ocasionada pela construção do muro; ela ocorre há décadas com alguns períodos de agravamento. Por exemplo:

[...] após a ocupação israelense da Cisjordânia e de Gaza em 1967, a mesma política de destruição foi implantada nessas áreas; no fim de 1969, 7.554 residências árabes foram arrasadas e, em 16 de agosto de 1971, 212 casas foram demolidas, segundo o londrino *Sunday Times* de 19 de junho de 1977 (SAID, 2012, p. 17).

A atividade mineradora causa prejuízos ao povo palestino, pois as pedreiras israelenses transportam anualmente 9 dos 12 milhões de toneladas da pedra palestina para a construção civil. “Os três milhões restantes são usados pelo setor de construção palestino e também para construir assentamentos israelenses na Cisjordânia” (FLINT, 2009, p. 438). Uma ironia.

Na Faixa de Gaza, o Exército de Israel colocou caças supersônicos voando a baixas altitudes sobre regiões resi-



denciais, provocando danos à saúde, especialmente das crianças. Elas entraram em estado de ansiedade e pânico, perderam apetite e capacidade de se concentrar nos estudos, tiveram medo de se distanciar dos pais e de ir à escola, não conseguiam dormir à noite. Sentiam-se desorientadas (FLINT, 2009, p. 264). “Os habitantes de Gaza pediram 9 mil aparelhos de audição para crianças [...] que ficaram surdas em decorrência do barulho contínuo de explosões e choques ultrassônicos causados por caças israelenses que sobrevoaram frequentemente a região” (FLINT, 2009, p. 391). Flint falou da “arma fedorenta” desenvolvida pelo Exército de Israel, um líquido lançado pelo “gambá”, que “é pior que cheiro de esgoto e não sai das roupas, mesmo após a lavagem [...] tem um cheiro horrível, parece de cadáver”.

Não vejo como cristãos possam olhar para o atual governo de Israel e sua política e imaginar que eles são o povo bíblico do Antigo Testamento e que as suas ações expressem a vontade do Criador. Essa confusão entre nós, evangélicos, precisa ser desfeita. Diferentemente do povo exilado na Babilônia, quando Daniel orou apelando em favor do arrependimento do povo, o moderno Estado de Israel não foi criado à base de arrependimento e conversão, mas de *lobby* político entre os ingleses feito por Theodor Herzl e o movimento sionista. A origem do moderno Estado de Israel não tem raiz religiosa nem espiritual sustentável bíblicamente e ainda que Deus use os nossos caminhos maus para cumprir a sua boa, perfeita e agradável vontade, não parece que a fé cristã autorize o massacre de uma só alma em nome de supostos direitos:

Ao verem isso, os discípulos Tiago e João perguntaram: “Senhor, queres que façamos cair fogo do céu para destruí-los?” Mas Jesus, voltando-se, os repreendeu, dizendo: “Vocês não sabem de que

espécie de espírito são, pois o Filho do homem não veio para destruir a vida dos homens, mas para salvá-los” ([Lucas 9.54,55](#)).

Creemos que a Igreja e a confissão de fé em Jesus Cristo são a atual referência para o que Deus sustenta em relação às pessoas de fé. Embora haja uma minoria judeus messiânicos em Israel, aquela é uma sociedade secularizada aparentemente sem interesse e um Messias e isso os coloca à margem da oferta da graça feita pelo Evangelho. Por outro lado, nos territórios palestinos, há minorias cristãs, grupos secularistas, pessoas com simpatia por uma ou outra religião. E há os muçulmanos, de quem há relatos dando conta de terem mantido, por décadas, uma boa convivência com judeus e cristãos. Hroub<sup>11</sup> faz este relato: “A sociedade palestina, em larga escala, é muito diversa, com seculares e religiosos, muçulmanos e cristãos, que têm vivido lado a lado por séculos, sem aderir a qualquer forma rígida de estrutura social ou religiosa (HROUB, 2009, p. 107).

As notícias que chegam até nós relatam exclusivamente o terror fundamentalista com foco nos islamistas. *Fatah, Hamas, Jihad* Islâmica, entre outros. Esses grupos têm seus braços militares, suas brigadas, mas a participação deles na Autoridade Palestina exigiu moderação e o envolvimento nos diálogos com países vizinhos, forçando-os, especialmente o *Hamas*, após as eleições de 2006, a ocuparem-se de uma atuação mais política que de resistência (PAGANELLI, 2014b, p. 94). Confundir palestinos com terroristas não é a opção acertada, como tomar partido incondicional pelos israelenses não é a escolha mais inteligente.

Pouca gente sabe que os judeus também fizeram terrorismo nos mesmos moldes que os islamitas. Nas décadas de 1920 e 1930 eles migraram da Europa para a Palestina e criaram

11 Khaled Hroub nasceu num campo de refugiados em Belém. É acadêmico, dirigiu o Projeto de Mídia Árabe da Universidade de Cambridge e é uma voz do Islã moderado.



três grupos terroristas para defenderem os seus interesses de ocupação. O primeiro foi o Corpo de Muleiros de Sião, formado em 1920 por Wladimir Jabotinsky, famoso guerrilheiro judeu russo. Esse Corpo de Muleiros apoiava tropas aliadas. Mais tarde deu origem a *Haganá*, de onde nasceu o Exército de Israel (que, desse modo, nasceu de um grupo terrorista). O segundo foi formado no final dos anos 1930, o *Irgun*, e protegia (fazia resistência, como o *Hamas*) os judeus colonos que criavam os primeiros assentamentos nos territórios ocupados. O *Irgun* atacava árabes e britânicos, os mesmos britânicos que autorizaram os judeus da Europa a irem para a Palestina controlada pelo Mandato Britânico. O *Irgun* cometeu um atentado contra o quartel-general inglês, onde hoje funciona o Hotel King David, causando vítimas judias e árabes. O terceiro grupo, formado em 1940, o *Lehi* (Guerreiros da Liberdade de Israel), ou Grupo/*Gang Stern*, foi criado por Abraham Stern. Eles assassinaram o Duque Bernadotte, inglês, porque ele se opôs com a ONU aos objetivos sionistas. O *Lehi* era tão ou mais violento que o *Irgun*. Assassinaram também o primeiro ministro britânico do Oriente Próximo, Lorde Moyne. (GUNNEWEG, 2004, p. 343-7)

Esses grupos eram clandestinos, não reconhecidos pelos britânicos. Para dizer que o *Hamas* é terrorista e não tem legitimidade é preciso explicar esses casos, também terroristas, que faziam resistência como o *Hamas*. Menachem Begin transitava entre esses grupos. Depois se tornou o sexto primeiro-ministro de Israel em maio de 1977, recebeu o Nobel da Paz, como o egípcio Yasser Arafat, o grande líder do povo palestino. Outra ironia da história.

Olhando na perspectiva histórica, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Fatah de Arafat (“anti-gamente” terroristas) e o *Irgun* (e.g.), também terrorista, vemos que todos esses grupos mudaram. O *Irgun* forneceu

seus membros ao atual Partido *Likud*, de outro soldado, o falecido Ariel Sharon. O *Likud* hoje é um partido político. Assim, historicamente, os antigos terroristas se desenvolveram e passaram a partidos políticos, quando suas causas se mostraram legítimas (e nacionalistas). O *Hamas* não tem fugido à regra.<sup>12</sup> *Fatah*, *Irgun*, *Hamas* hoje são partidos políticos mais que grupos militares.<sup>13</sup>

Da perspectiva cristã, todos carecem do conhecimento do Evangelho. Há atuação cristã em ambos os territórios, entre todas as etnias presentes ali. Penso ser papel da Igreja focar os que não conhecem a Jesus, nem como Salvador, nem como Messias. O trabalho de separação de bodes e ovelhas será feito pelo Senhor; não é nossa tarefa eleger os mocinhos e os bandidos (Mt 25.32).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há (inúmeras) negociações na tentativa de criar harmonia na região e pôr fim ao conflito. Tais negociações procuram a possibilidade mais adequada, se um Estado binacional ou a criação de dois Estados.<sup>14</sup> Penso que a criação de dois Estados seria o ideal; muitos especialistas no conflito pensam assim, há quem se oponha. Acima da preocupação com o estado político e a situação geográfica, há vidas, milhões delas, que precisam de atenção, cuidados básicos e direitos que preservem suas existências, que lhes permitam viver em paz. E Jesus chamou “bem-aventurados os pacificado-

12 Sobre essa questão, veja meu paper *A legitimidade internacional do Hamas*, em [https://www.academia.edu/15979814/A\\_LEGITIMIDADE\\_INTERNACIONAL\\_DO\\_HAMAS](https://www.academia.edu/15979814/A_LEGITIMIDADE_INTERNACIONAL_DO_HAMAS).

13 Além destes, há grupos terroristas em funcionamento em Israel hoje, que atacam árabes e muçulmanos por motivos religiosos, mas sobre os quais a imprensa fala pouco.

14 Para aprofundar nesta questão, Benny Morris, *Um Estado, Dois Estados*. São Paulo: Sêfer, 2014.



res, pois serão chamados filhos de Deus” (Mt 5.9). Essa é a posição mais acertada para a Igreja, hoje, é não tentar fazer o trabalho de Deus, separando uns e outros, rotulando uns em detrimento de outros, e negando socorro a quem de fato necessita dele.

A palavra final no conflito não é nossa. As Escrituras dizem que Jerusalém será a cidade mais importante do mundo no Milênio, será o centro do mundo (Is 2.2-4; Jr 31.6; Mq 4.1; Zc 2.10, 11); será o centro do governo do Reino (Jr 3.17; 30.16,17; Jl 3.17; Mq 4.7); será gloriosa e glorificara a Jeová (Is 52.1-12; 60.14-21; Zc 2.1-13), e será ampliada (Jr 31.38-40; Ez 48.30-35; Zc 14.10).<sup>15</sup> Hoje está dividida entre três grupos: cristãos (armênios e ortodoxos), muçulmanos e judeus. Tomara que até o milênio todos eles possam desfrutar de momentos de paz verdadeira e respeito profundo. Penso, sinceramente, que devemos refletir e agir assim, ainda que da perspectiva bíblica a solução virá do Senhor.

---

15 Cfm. BITTENCOURT e BRUNELLI, p. 78.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, G. *Assembleia de Deus – origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ATEEK, N. *Suicide bombers: What is theologically and morally wrong with suicide bombing? A Palestinian Christian Perspective*, in *Studies in World Christianity*, vol. 8, no 1, 2002.

BITTENCOURT, J. ; BRUNELLI, W. *Escatologia*. São Paulo: Ministério IDE, 2008.

DEMANT, P. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

FLINT, G. *Miragem de paz – Israel e palestina, processos e retrocessos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel, dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica, 2004.

HROUB, K. *Hamas, um guia para iniciantes*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel [Ed. Bertrand Brasil], 2009.

LOPES, E. *Fundamentos da teologia escatológica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.

KAMEL, A. *Sobre o Islã: a afinidade entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo*. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras, 2007.

MORRIS, B. *Um Estado, Dois Estados*. São Paulo: Sêfer, 2014.

PAGANELLI, M. *A relação entre a violência do Hamas e a interpretação do Corão* [dissertação de Mestrado]. São



Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014a.

PAGANELLI, M. *Milênio: o tempo que o homem busca, o mundo que Deus pode dar*, 2ª ed. São Paulo: Arte Editorial, 2014b.

PAGANELLI, M. *A legitimidade internacional do Hamas*. Artigo produzido no âmbito do programa de pós-graduação em História Social (doutorado), no Departamento de História da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2015. Disponível em [https://www.academia.edu/15979814/A\\_LEGITIMIDADE\\_INTERNACIONAL\\_DO\\_HAMAS](https://www.academia.edu/15979814/A_LEGITIMIDADE_INTERNACIONAL_DO_HAMAS)

PEREIRA, J. B. B. (Org.). *Religiosidade no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

PEREIRA, J. B. B.; QUEIROZ, R. S. (Orgs.). *Messianismo e Milenarismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2015.

RUSHDOONY, R. J. *O plano de Deus para a vitória – O significado do pos-milenismo*. Brasília: Monergismo, 2008.

SAID, E. W. *A questão da Palestina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SCOFIELD, C. I. *A Bíblia Sagrada com as referências e anotações de Dr. C. I. Scofield*. Flórida: Imprensa Batista Regular do Brasil, 1983.

SHEDD, R. P. *A escatologia do Novo Testamento*, 2ª ed. São Paulo: Edições Vida Nova, 1995.

STERN, J. *Terror em nome de Deus. Por que os militantes religiosos matam*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

TUTU, D. *Deus não é cristão e outras provocações*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2012.